



RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES - 2023

ALIANÇA PARA A SAÚDE

MOÇAMBIQUE



Período de: Janeiro a Dezembro de 2023

Responsável: Violeta Bila (Coordenadora da Aliança para a Saúde)



ÍNDICE

ACRÓNIMOS	3
1. INTRODUÇÃO	4
2. Análise do Contexto	5
3. PROGRESSOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS 3 PILARES DA APS	9
3.1 Pesquisa	9
3.2 Formação – Escola de Activismo em Saúde (EAS)	13
3.3 Advocacia – Acção para a Saúde	28
4. GESTÃO DA REDE ALIANÇA PARA A SAÚDE	36
5. NOVOS MEMBROS DA REDE	37
6. PROPOSTA DE ACÇÕES PARA O ANO 2024	39
7. CONCLUSÕES	40



ACRÓNIMOS

ACEA - Associação Comunidade em Acção

ADEMO - Associação dos Deficientes Moçambicanos

AMM - Associação Médica de Moçambique

ApS - Aliança para a Saúde

CAIVV - Centro de Atendimento Integrado às Vítimas de Violência

CDDU - Carta de Direitos e Deveres dos Utentes

CESC - Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil

CSMSC - Comunicação em Saúde para Mudança Social e Comportamental

CSP - Cuidados de Saúde Primários

DSS - Determinantes Sociais da Saúde

EAS - Escola de Activismo em Saúde

MISA - Instituto para a Comunicação Social da África Austral – Moçambique

MISAU – Ministério da Saúde

OMS - Organização Mundial da Saúde

OSFL - Organizações Sem Fins Lucrativos

PR – Presidente/Presidência da República

SNS - Sistema Nacional de saúde

TSU - Tabela Salarial Única

VBG - Violência Baseada no Género



1. INTRODUÇÃO

A **Aliança para a Saúde** é uma rede de entidades da sociedade civil, de diferentes áreas de intervenção na sociedade (saúde, educação, género, ambiente e outras), que se quer constituir como movimento social para defender o Direito à Saúde para toda a população de Moçambique, mediante a partilha de conhecimento e evidências, a formação e a realização de acções de advocacia e sensibilização. A **Aliança para a Saúde** tem como missão incidir nas políticas públicas em Moçambique através de um maior engajamento e participação dos cidadãos, de forma a permitir que a saúde seja um direito ao alcance de toda a população.

A **Aliança para a Saúde** foi organizada e estruturada a partir da soma de esforços e contributos dos seus membros, sem necessidade de uma estrutura complexa ou que acarrete recursos que estes não possam assumir.

Este relatório anual cobre o terceiro ano de implementação das actividades da rede, de Janeiro a Dezembro de 2023. Neste relatório, procura-se destacar as acções que contribuíram para a manutenção da rede, assim como apresentar os resultados alcançados face às actividades planificadas.

O plano de trabalho do Ano III da rede centrou-se nos seus três pilares – **Pesquisa, Formação e Advocacia** –, através da abordagem dos *Determinantes Sociais da Saúde* (DSS) e com uma visão da saúde como direito humano. Os três pilares foram implementados em simultâneo, tendo em conta que se complementam entre si.

No terceiro ano de implementação da rede, conseguiu-se a sua implantação, consolidação e reconhecimento por parte de diferentes actores e organizações da sociedade civil, incluindo também do Governo.

Em termos de filiação de novos membros, recorde-se que a rede já tinha crescido de 9 membros para 17 efectivos, que participam de forma activa nas acções da rede, para além de 8 pessoas que participam de forma individual. No segundo ano de implementação da rede, 2022, tinham-se filiado como membros a Namati Moçambique, o Instituto Papiro (Brasil), a Associação Comunidade em Acção (ACEA) e a Associação Kutenga.

Neste terceiro ano, aprovaram-se as candidaturas de: MISA-Moçambique, Associação dos Deficientes Moçambicanos (ADEMO), Wakulela, Fundação Wiwanana, Promura e outros membros a título



individual. Além disso, criou-se o núcleo da **Aliança para a Saúde** em Cabo Delgado¹, também com a ONG internacional **medicmundi** a hospedá-lo.

2. ANÁLISE DE CONTEXTO

Com o fim da pandemia da **COVID-19** que assolou Moçambique e o mundo inteiro durante três anos², o país voltou a enfrentar uma crise no sector da saúde, com a greve dos médicos, que colocou a Sistema Nacional de Saúde (SNS) abalado durante vários meses.

Desde a aprovação e implementação da **Tabela Salarial Única** (TSU) nos finais de 2022, associada a outros factores, tais como exiguidade salarial, a falta de material de trabalho e de medicamentos para os utentes, as greves no sector da saúde foram recorrentes no ano de 2023.

A **Associação Médica de Moçambique (AMM)**, no dia 27 de Outubro de 2022, achou ideal entrar em greve, uma vez que não se chegava aos consensos na mesa de negociações com o Governo. Entretanto, no dia 06 de Novembro, o grupo composto pelos profissionais de saúde, decidiu remarcar o início da **Greve Nacional da Classe Médica** para o dia 05 de Dezembro de 2022, como forma de dar tempo ao Governo para que pudesse encontrar respostas para as questões apresentadas no caderno reivindicativo.

A greve, que duraria 21 dias, foi a primeira paralisação da classe médica em mais de 10 anos, motivada pela redução dos salários devido à implementação da nova Tabela Salarial Única (TSU) da função pública, em vigor desde Outubro de 2022.

Em Fevereiro de 2023 foram estabelecidos novos acordos entre o Governo e a Associação Médica de Moçambique (AMM). Contudo, passados mais de quatro meses, a AMM afirmou que só apenas 10% do acordado foi implementado pelo Governo.

Para a AMM, o não cumprimento de uma parte significativa dos acordos, para a classe, demonstrava que o Governo não se mostrou interessado em resolver as restantes inquietações. Por esse motivo, os profissionais de saúde afirmaram mais uma vez, forçados a entrar em greve como forma de pressionar as autoridades para que providenciasse as respostas positivas e imediatas.

¹ Ver: <https://www.aliancarasaude.org/pt/noticias/alianca-para-saude-cabo-delgado>

² A OMS manteve esta pandemia como “Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional” desde o dia 11 de Março de 2020 até ao dia 5 de Maio de 2023.



No entanto, é de realçar que no terceiro ano de implementação das actividades da rede **Aliança para a Saúde**, as greves foram mais longas e intensas. A Associação Médica de Moçambique (AMM) declarou em Julho de 2023 que a situação permanecia inalterada, com falta de implementação dos acordos e uma deterioração nas condições salariais, incluindo médicos a trabalhar sem remuneração adequada e sem subsídios.

Um mês depois, a AMM entrou na terceira fase da greve, mantendo as mesmas reivindicações. Durante a paralisação, muitos médicos enfrentaram ameaças de cortes salariais, suspensões e intimidações. Após 45 dias, a 23 de Agosto, a AMM anunciou a suspensão da greve até 2 de Outubro, atendendo a um pedido do Presidente da República e à criação de um grupo de trabalho liderado pelo primeiro-ministro para retomar as negociações.

A greve dos médicos³ em Moçambique trouxe várias consequências significativas, afectando o sistema de saúde, os profissionais e a população em geral. O **Impacto nos Serviços de Saúde**, teve que ver com a **Interrupção de Serviços**: A greve resultou na interrupção parcial ou total dos serviços de saúde, especialmente nos hospitais públicos, afectando consultas, cirurgias e cuidados de urgência. **Sobrecarga dos Hospitais**: Os hospitais ficaram sobrecarregados, com uma redução significativa no número de médicos disponíveis, levando a longas filas e atrasos no atendimento. **Aumento da Mortalidade e Morbidade**: A falta de atendimento adequado durante a paralisação pode ter contribuído para o aumento de casos graves e possivelmente para a mortalidade, especialmente entre pacientes com condições críticas ou doenças crónicas.

Para além das **consequências** na prestação dos serviços, houve igualmente para os **Profissionais de Saúde**: **Ameaças e Intimidações**: Durante a greve, muitos médicos enfrentaram ameaças de corte de salários, suspensão dos mesmos, processos disciplinares, e até rescisão de contratos, criando um clima de tensão e pressão entre os profissionais. **Perda de Moral**: A insatisfação com as condições de trabalho e o tratamento por parte do Governo afetou o moral da classe médica, aumentando a frustração e a desmotivação. **Reforço da Unidade da Classe**: A greve serviu também para unir a classe médica, que se mobilizou em torno de uma causa comum, fortalecendo a pressão sobre o Governo para negociar.

A **Cidadania**, por sua vez, **perdeu confiança no sistema** de saúde pública: a greve provocou uma perda de confiança no sistema, com muitos pacientes a recorrerem a clínicas privadas, embora nem todos possam pagar por esses serviços. Houve **Protestos e Solidariedade**: A situação também gerou

³ Ver: <https://www.aliancaparasaude.org/pt/noticias/greve-medicos-posicionamento-alianca-para-saude>



solidariedade para com os médicos por parte de algumas comunidades, que apoiaram a luta por melhores condições de trabalho e salários justos.

Esta greve destacou os grandes desafios que o **Sistema Nacional de Saúde** tem em Moçambique, assim como a necessidade urgente de se realizar reformas, tanto no sistema de saúde como na gestão salarial do sector público, especialmente a implementação de tabelas salariais que respeitem a valorização dos profissionais. Caso as negociações não resultem em melhorias concretas, existe o risco de novas paralisações, aumentando a instabilidade no sector da saúde.

As consequências da greve ainda são visíveis, com o sistema de saúde em Moçambique a enfrentar desafios de reorganização e a classe médica a manter-se vigilante quanto ao cumprimento dos acordos alcançados.

Os desafios da nova **Tabela Salarial Única** (TSU) da função pública não se limitaram ao sector da saúde, mas geraram insatisfação generalizada em toda a função pública. Considerando a saúde através da perspetiva dos Determinantes Sociais, é possível afirmar que a TSU, em 2023, contribuiu para o agravamento de problemas de saúde na população. Esta questão não pode ser analisada de forma isolada, dissociada dos múltiplos factores que influenciam a saúde.

No âmbito da **lei das associações**, relembre-se que o Conselho de Ministros tinha elaborado a proposta de Lei das Organizações Sem Fins Lucrativos (Proposta de Lei das OSFL), submetido para apreciação da Assembleia da República no dia 27 de Outubro de 2022. Esta Proposta de Lei das OSFL foi, fundamentalmente, concebida pelo Conselho de Ministros como um acto ou processo de revisão da Lei n.º 8/91, de 18 de Julho (Lei das Associações) e do Decreto n.º 55/98, de 13 de Outubro, que cria o quadro legal que define os critérios da autorização, objectivos a atingir e os mecanismos de actuação das Organizações não-governamentais (ONG) em Moçambique. Em Fevereiro de 2023, a Lei das OSFL foi apresentada ao público, com particular destaque para as organizações da sociedade civil. A legislação gerou debates públicos, com foco nas críticas e oposição, especialmente por parte das organizações sociais de advocacia, que são as principais afectadas pela nova lei. Para estas, não estava clara a metodologia adoptada para a elaboração da Proposta de Lei das OSFL, para além de não terem sido apresentados os estudos metodológicos que serviram de base para a elaboração da mesma proposta. Esta lei acabou por não ser aprovada, já que é vista por uma grande parte da cidadania como um ataque ao associativismo e até à liberdade e à construção da própria cidadania.

Sob o ponto de vista de segurança, o país continuou com a intensificação dos **ataques terroristas em Cabo Delgado**, e os serviços de saúde colapsaram nesta província.



Até Outubro de 2023, mais de 30 instalações de saúde continuavam sem funcionar nas zonas alvo de ataques terroristas, o equivalente a 26% do total, segundo dados divulgados pela **Organização Mundial da Saúde**.⁴

De acordo com o relatório do **Health Cluster**, unidade da **Organização Mundial da Saúde** (OMS), que coordena esforços para prestar apoio de emergência, sobre a actividade no norte do país entre os 17 distritos afectados pelos ataques em Cabo Delgado, existiam 148 unidades sanitárias, mas 36 permaneciam destruídas ou por recuperar.

Ainda no mesmo documento, o **Health Cluster** contabilizou que cerca de 1,1 milhão de pessoas necessitavam de apoio médico na região e que seriam necessários 17,8 milhões de euros para apoiar a actividade no norte de Moçambique.

Outro abalo no sector da saúde que atingiu aquela província nortenha, foi a dívida com o fornecedor que levou ao corte no abastecimento de água potável ao Hospital Distrital de Mueda (a única unidade de referência e que cobre os três principais distritos devastados pelo terrorismo), sendo que naquela época, a província de Cabo Delgado enfrentava um surto de diarreias e vómitos⁵.

Por fim, importa destacar que em 2023 se realizaram as **eleições autárquicas em Moçambique**, cujos resultados foram contestados pela oposição. O Conselho Constitucional acabou por corrigir os resultados eleitorais nalguns municípios e não em todos, segundo os partidos políticos. Essa situação gerou descontentamento e manifestações pacíficas que, no entanto, ficaram marcadas por ataques da Polícia da República de Moçambique contra os manifestantes.

Estas situações afectam o funcionamento normal dos serviços, tanto públicos como privados, limitando especificamente o direito de acesso aos serviços de saúde, isto é, a garantia plena do **Direito à Saúde** em Moçambique.

⁴ Ver:

<https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-cabo-delgado-humanitarian-response-health-cluster-bulletin-no-10-october-2023>

⁵ Ver:

<https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-mais-de-30-unidades-de-sa%C3%BAde-continuam-sem-funcionar/a-66339311>
<https://cartamz.com/index.php/opiniao/carta-de-opiniao/item/13037-a-problemativa-da-fundamentacao-da-proposta-de-lei-das-organizacoes-sem-fins-lucrativos-e-a-salvaguarda-da-liberdade-de-associacao>

<https://www.observatoriodesaude.org/medicos-retomam-greve-depois-de-o-Governo-nao-ter-respondido-a-reivindicacoes-pontuais/>



3. PROGRESSOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS 3 PILARES DA APS

O **pilar de pesquisa** busca gerar e partilhar conhecimentos e evidências em diferentes áreas temáticas relacionadas com a saúde, com base nos seus determinantes sociais e com um enfoque especial nos cuidados de saúde primários. Nesta componente, gera-se e partilha-se conhecimento e evidências de forma multidisciplinar sobre os desafios e experiências relacionadas com a saúde, numa perspetiva de justiça social e a partir dos seus determinantes sociais, económicos, culturais, políticos, ambientais, etc.

No ano 2023, não foi possível realizar uma pesquisa enquanto rede e de forma conjunta, conforme havia sido planificado, devido a falta de fundos. No entanto, vários membros da rede realizaram pesquisas no âmbito dos seus projectos e partilharam-nas com os seus pares, nomeadamente: a **medicumsmundi**, o Observatório Cidadão para Saúde, a Saber Nascer e a Namati Moçambique.

3.1 Pesquisa.

Brochura sobre a iniciativa conjunta de Humanização (Namati):

Divulgada em Junho de 2023 pela **Namati Moçambique**, esta brochura⁶ analisa a experiência da província de Inhambane na garantia de privacidade e de instalações sanitárias adequadas e funcionais para todas as pessoas. Apesar da acessibilidade aos serviços de saúde, a população ainda enfrenta várias barreiras no acesso a cuidados de qualidade.

Essas barreiras incluem tratamento desrespeitoso dos pacientes, cobranças ilícitas, falta ou insuficiência de informação, ausência de privacidade e confidencialidade, além de infraestruturas inadequadas. Em muitos casos, há unidades de saúde a operar sem água corrente ou sanitários para os pacientes, o que não só representa uma ameaça à saúde pública, mas também uma violação da dignidade humana.

A brochura indica que em Maio de 2021, a Direcção Provincial de Saúde de Inhambane e a **Namati Moçambique** lançaram uma campanha conjunta com o objectivo de garantir que todas as 144 unidades

⁶ Ver: <https://bit.ly/BrochuralIniciativaHumanizacao>



sanitárias da província respeitem o direito a privacidade, tenham sanitários condignos e funcionais para os utentes e trabalhem activamente para prevenir e combater as cobranças ilícitas. Como resultado desta iniciativa, foram elaboradas duas directivas oficiais que impõem as unidades sanitárias a tomar medidas para resolver barreiras associadas a falta de privacidade e cobranças ilícitas.

Manual de Humanização para Conselheiros Leigos (Namati):

O **Manual de Humanização para Conselheiros Leigos**⁷ é uma ferramenta prática para aumentar o conhecimento em matéria de direito à saúde e humanização, fortalecer a habilidade de comunicação e melhorar a qualidade dos serviços de saúde. Este documento foi lançado em Agosto de 2023 pela **Namati Moçambique**.

No entanto, pessoas vivendo com HIV, incluindo as populações-chave, sofrem muitas vezes violação dos seus direitos humanos devido ao estigma e à discriminação associados à doença e às barreiras ligadas ao sistema de saúde como, por exemplo, atendimento desrespeitoso, falta de confidencialidade e privacidade, e incumprimento do consentimento informado. Estas barreiras enfraquecem a confiança das pessoas no sistema de saúde e impedem a prevenção, o diagnóstico e o tratamento do HIV.

Análise dos Efeitos Socioeconómicos das Taxas de Usuário no Sector Público de Saúde (OCS):

Esta pesquisa realizada pelo **Observatório do Cidadão para Saúde (OCS)**⁸, aborda a questão das taxas de usuário no sector da saúde. Esta refere-se aos pagamentos que os utentes correm para o acesso aos serviços básicos nas unidades de prestação de serviços públicos de saúde. Estas taxas podem ser para o atendimento, consulta, medicamentos ou materiais médico-cirúrgicos. Segundo o Banco Mundial, as taxas surgem com a primordial intenção de arrecadar receitas que contribuam na melhoria da qualidade do serviço público de saúde. No entanto, vários estudiosos e pesquisadores consideram que a existência destas taxas coloca em causa a capacidade do acesso aos serviços públicos de saúde, para a população mais desfavorecida, para além destas taxas se tornarem em gastos catastróficos ou até

⁷ Ver: <https://bit.ly/ManualHumanizacaoConselheirosLeigos>

⁸ Ver:

<https://www.observatoriodesaude.org/download/analise-dos-efeitossocioeconomicos-das-taxas-de-usuario-no-sector-publico-de-saude-2/>



empobrecedores, fazendo com que as famílias tenham que sacrificar algumas despesas básicas como alimentação, transporte, educação, entre outras.

Análise sobre o Relatório de Execução Orçamental (REO) do Sector da Saúde em 2022 (OCS):

A análise do Observatório do Cidadão para Saúde (OCS), publicada em 2023, sobre o Relatório de Execução Orçamental (REO) do Sector da Saúde no ano de 2022⁹, concluiu que Moçambique continua dependente da ajuda externa para a aquisição de medicamentos. No entanto, as principais fontes de financiamento do sector da saúde, em Moçambique, incluem o Orçamento do Estado (OE), atribuído pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF), tendo em conta as contribuições directas dos parceiros ao OE, os fundos do PROSAUDE e os fundos dos programas verticais. O peso relativo dos fundos externos sofreu uma redução ao longo do tempo, cerca de 42% em 2022 em relação aos 49.7% verificados em 2021, sugerindo uma menor fragilidade do sector da saúde e uma redução da dependência das despesas de saúde em relação aos recursos aos fundos externos.

Policy brief dos resultados de nutrição das crianças em Moçambique através do apoio à implementação do Pacote de Intervenções de Nutrição (PIN) (2022-2023) (N'weti):

Este resumo de resultados, publicado em Novembro de 2023¹⁰, apresenta o progresso em curso alcançado pelo Ministério da Saúde (MISAU), com o apoio da Nweti, na implementação do Pacote de Intervenções de Nutrição (PIN), que visa melhorar o estado nutricional das crianças com menos de 2 anos de idade em Moçambique. O projecto abrange 8 províncias: Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala e Inhambane.

É de realçar que Moçambique é um país assolado pela desnutrição. Quase metade de todas as crianças com menos de 5 anos de idade sofrem de desnutrição crónica e estima-se que 37% das crianças com menos de 5 anos são raquíticas. Existem várias causas subjacentes à desnutrição crónica, incluindo a insegurança alimentar e nutricional, a falta de acesso a serviços de saúde e nutrição e uma má compreensão da nutrição associada a crenças, tradições e tabus culturais relacionados com a

⁹ Ver:

https://www.observatoriodesaude.org/analise-do-reo-2022mocambique-continua-a-depender-da-ajuda-externa-para-aquisicao-de-medicamentos/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAR1Q7uHUQstjFcNgPV85_ZKdHE9hGHjMGkS8DmrduduiLMcyGfpVHSaho14_aem_uJvNx_0zCjof2iWVdvqxtw

¹⁰ Ver: <https://bit.ly/PolicyBriefPIN>



alimentação, que afectam negativamente a alimentação de crianças pequenas e de crianças que ainda são amamentadas.

Abordagem de Diálogos Comunitários para Acabar com os Casamentos Prematuros (N'weti):

A N'weti implementa a **Abordagem de Diálogos Comunitários**¹¹ para acabar com as Uniões Prematuras desde 2018 em Gaza, Manica (3 distritos cada) e Nampula (7 distritos). Com esta abordagem, implementa-se uma série de actividades que envolvem as comunidades a vários níveis: i) clubes de raparigas e rapazes; ii) ligações à saúde, justiça, polícia e serviços sociais para raparigas e rapazes afectados e em risco de casamento prematuro; e iii) rádio e teatro comunitários.

GFF EM Moçambique: o fosso entre aspirações sobre RMNCAH-N e o desafio de realidades institucionais complexas:

Este Policy Brief 15¹², publicado pela **N'weti**, num contexto em que o Banco Mundial estava em visita a Moçambique numa missão, para abordar a questão do Programa de Fortalecimento de Cuidados de Saúde Primários (PFCSP). A missão incluía na sua agenda um encontro com a Sociedade Civil. No entanto, o resumo publicado informa sobre as discussões tidas nas reuniões. Para além de solicitar que os diversos actores sejam incluídos em todas as etapas que vão caracterizar o desenho do novo programa. O policy brief reitera a necessidade de o GFF e o PROSAÚDE estabelecerem uma plataforma comum de trabalho, pois esta facilitaria a coordenação do financiamento, sobretudo nos níveis subnacionais. A consonância do Financiamento Baseado no Desempenho (FBD) com o procedimento nacional é outro aspecto levantado neste resumo, sublinhando-se a necessidade de acautelar certo grau de autonomia às unidades sanitárias (tornando-as UGB) de modo que a planificação do FBD decorra ex-ante ao processo mais global de planificação e orçamentação.

O impacto do financiamento do sector da saúde em Moçambique (medicusmundi):

No mês de Junho de 2023, foram disponibilizados por parte da equipa de investigação, os 3 estudos realizados no âmbito da pesquisa sobre o impacto do financiamento do sector da saúde na equidade no

¹¹ Ver:

https://nweti.org/policy_brief/sbc-abordagem-de-dialogos-comunitarios-para-acabar-com-os-casamentos-prematuros/

¹² Ver: <https://bit.ly/PolicyBriefGFFMocambique>



acesso, qualidade dos cuidados e garantia do direito universal à saúde em Moçambique, com particular ênfase na cidade de Maputo.

Os estudos foram realizados entre 2021 e 2023 e liderados por uma equipa de investigação do **Grupo de Investigação em Desigualdades em Saúde, Ecologia - Employment Conditions Network** (GREDS-EMCONET), da **Universitat Pompeu Fabra** (UPF), de Barcelona (Espanha). E contaram com o apoio científico e técnico da **medicusmundi** e do Instituto Nacional de Saúde (INS), membro fundador e entidade colaboradora da **Aliança para a Saúde**, respectivamente. Por razões de incompatibilidade com a sua publicação em revistas científicas, estes estudos ainda não estão disponíveis com acesso livre.

3.2. Formação – Escola de Activismo em Saúde (EAS)



Foto: Escola de Activismo em Saúde

A **Escola de Activismo em Saúde** abre um espaço presencial e virtual de formação e capacitação em saúde no país. Neste pilar, trabalha-se para aumentar o conhecimento e as capacidades da sociedade civil de Moçambique (ONGs, OSCs, movimentos sociais, redes, activistas, académicos, artistas e outros) para poder defender de forma mais efectiva e coordenada o legítimo exercício do direito à saúde.



A sua plataforma digital (<https://escola.aliancaparasaude.org/>) foi criada para oferecer formação aos activistas, profissionais de saúde e outros/as cidadãos/ãs que têm interesse em temáticas de saúde. Durante o ano de 2023, foram realizados (elaborados e disponibilizados) três cursos online para fortalecer o movimento de activismo em saúde no país, nomeadamente:

I. Curso sobre Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres em contexto de Emergência Climáticas



Foto: Curso de Igualdade de Género

O curso¹³ foi realizado nos meses de Maio e Junho de 2023, na cidade de Maputo no formato presencial e mais tarde no formato online. Este curso faz parte de uma parceria entre a **medicumundi**, o **Fórum Mulher** e a **Aliança para a Saúde**, e foi elaborado e ministrado pela professora **Teresa Cunha**.

Este curso foi desenvolvido e pensado dentro do contexto das mudanças climáticas que se vivem a nível global e o impacto que estas têm sobre as mulheres. Foram debatidas várias evidências recolhidas e ideias, entre as quais a de que as catástrofes ambientais e ecológicas não são desastres naturais, mas sim causadas pelas actividades humanas no âmbito de um modelo de desenvolvimento que se baseia na

¹³ Ver: <https://www.aliancaparasaude.org/pt/noticias/curso-online-igualdade-genero>



destruição dos ecossistemas e da biodiversidade. Um modelo que reforça as desigualdades sociais e que não se poderia sustentar sem o trabalho não-pago da maioria das mulheres do mundo. Todos estes processos de exploração e opressão, tanto da natureza como das pessoas, são as causas profundas das mudanças climáticas. O desenho deste curso foi baseado na metodologia da *Educação Popular Feminista*, que é uma intervenção social e educativa com um horizonte político: a transformação democrática e inclusiva da nossa vida e da nossa sociedade.

O curso teve a duração de 60 horas e foi composto por 5 módulos:

1. Criando uma comunidade de aprendizagem;
2. Caminhos de empoderamento das mulheres;
3. Emergências climáticas: causas e consequências;
4. Violências e metodologias sensíveis aos conflitos;
5. Avaliando o processo e os resultados.

O curso presencial foi realizado na cidade de Maputo durante 5 dias e participaram 14 mulheres e 1 homem. O curso online foi realizado durante 6 semanas e contou com a participação de 6 mulheres e 3 homens, de diferentes províncias de Moçambique.

Disponível em: <https://escola.aliانcaparasaude.org/course/view.php?id=67>

II. Curso de Cidadania Sanitária



Cidadania Sanitária (curso aberto)
08 Maio 2020 - 08 Junho 2020
12 Horas de Aprendizagem



Foto: Curso de Cidadania Sanitária

Durante o ano 2023, trabalhou-se na finalização do curso sobre Cidadania Sanitária. Com duração de um mês (online), este curso tem como objectivos:

- Dotar os profissionais de saúde de conhecimentos sobre o principal quadro jurídico nacional referente ao direito à saúde para tomarem decisões informadas sobre os direitos e orientar intervenções centradas na participação activa e na promoção de saúde;
- Aumentar os níveis de conhecimento dos profissionais de saúde, activistas e outros actores em matérias de políticas de saúde de Moçambique, reforçar o conhecimento sobre os principais pilares da saúde, com vista a elaborar-se estratégias de acção para intervenções no sector;
- Reforçar o conhecimento dos profissionais sobre os principais conceitos, nomeadamente o de cidadania, participação e activismo para melhorar os níveis de intervenção e interação com as organizações da sociedade civil, no direito à saúde.

No entanto, foi com base no reconhecimento do papel central da participação activa dos cidadãos, em questões de saúde, que a **Escola de Activismo em Saúde** desenvolveu este curso, através dos seus membros, nomeadamente o **Observatório Cidadão para Saúde (OCS)**, com a colaboração da **medicumundi** e o financiamento da **Agência Espanhola para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)**.

Disponível em: <https://escola.aliانcaparasaude.org/course/view.php?id=68>

III. Curso sobre Responsabilização Social (social accountability) no Sector Saúde





Foto: Curso de Responsabilização Social no Sector Saúde

Esta formação traz uma abordagem de empoderamento dos cidadãos para a construção de um sentido de responsabilidade que se baseia em engajamento, ou seja, no qual cidadãos comuns e/ou organizações da sociedade civil participam directa ou indirectamente na exigência de responsabilidade, transparência e prestação de contas.

Os objectivos traçados neste curso foram:

- Servir de meio de apoio aos cidadãos e organizações da Sociedade Civil na implementação de abordagens de Responsabilização (accountability) social no sector Saúde;
- Servir de documento de apoio na capacitação de Organizações da Sociedade Civil sobre responsabilização Social;
- Dotar Cidadãos e OSC de capacidades para implementar abordagens de responsabilização Social;
- Partilhar ferramentas de Responsabilização social em uso no CESC.

Disponível em: <https://escola.aliانcaparasaude.org/course/view.php?id=69>

Workshops organizados pela Aliança para a Saúde e/ou seus membros:

i. Workshop sobre acesso a novas terapêuticas para TARV





Fotos: Workshop sobre a novas terapêuticas para TARV

A **N'weti**, no âmbito do Movimento de Advocacia para Acesso a Medicamentos, organizou nos dias 15 a 17 de Novembro de 2023, na cidade de Maputo, o workshop sobre acesso a novas terapêuticas para TARV.

Estas oficinas de trabalho centraram-se nos seguintes aspectos: (i) Fortalecimento das organizações da sociedade civil, e dos diversos actores interessados, na capacidade de realizar acções de advocacia com o objectivo de construir um ambiente propício para a introdução e acesso a Terapêuticas de Longa Acção (LATS) para o tratamento do HIV em Moçambique; (ii) Aprofundar o conhecimento das barreiras no acesso a LATs para o HIV e como explorar as flexibilidades do TRIPS e dos Direitos de Propriedade Intelectual e Patentes; e (iii) Criação de um Movimento de Advocacia para Acesso a Medicamentos em Moçambique (com enfoque para o #cabotegravir). O evento contou com a participação de representantes do **Ministério da Saúde - MISAU** e da Sociedade Civil.

ii. Workshop: Entendendo a comunidade e as barreiras no acesso a saúde em Moçambique



Fotos: workshop sobre género

No âmbito das actividades da rede, foi realizado no dia 20 de Julho de 2023 na cidade de Maputo, o workshop presencial com o tema “**Entendendo a comunidade e as barreiras no acesso a saúde em**



Moçambique”. Este workshop foi organizado pela **Aliança para a Saúde**, em parceria com a **Lambda**, organização-membro da rede, com o apoio da **medicumundi**.

O workshop foi pensado dentro do contexto de inclusão e respeito pelas diversidades sexuais e direitos humanos. Para além, de se ter sentido uma necessidade de compreender melhor sobre a comunidade LGBTQ+ dentro da rede Aliança para a Saúde.

Foram discutidos e analisados os conceitos e terminologias sobre orientação sexual e identidade de género, diversidade sexual. Reflectiu-se sobre o direito à saúde para pessoas LGBT+, com enfoque para as barreiras no acesso. Foi fundamental trazer neste workshop a abordagem Interseccional do Estigma e Discriminação. Esta que nos permite perceber os graus de vulnerabilidade das pessoas.

De forma geral, o workshop mostrou que as pessoas LGBT+ matam um leão cada dia, para se manterem na sociedade. Assim como tem vários desafios para aceder a saúde em Moçambique.

As grandes barreiras têm que ver com:

1. A falta de formação dos provedores para saberem lidar com as pessoas LGBTQ+;
2. Fraca Privacidade e confidencialidade nas unidades sanitárias;
3. Não há instrumentos que captem os dados realísticos sobre a comunidade LGBTQ+ e que possam influenciar na definição de políticas públicas;
4. Há falta de dados sobre mulheres lésbicas, em termos de saúde, e desta forma fica difícil informar as acções do MISAU. Se não temos dados não temos políticas para mulheres lésbicas;
5. O grupo LGBTQ+ também sente que o atendimento não é humanizado; para além de assédio para as mulheres lésbicas, principalmente em consultas de ginecologia.

A abordagem da *interseccionalidade* permitiu-nos perceber que existem várias dimensões de percepção e análise dos desafios do grupo. Quando olhamos para a **Interseccionalidade representacional** – como as pessoas são representadas na cultura e sociedades dominantes por meio dos *mídia*. **Interseccionalidade económica** – como é feita a distribuição de riqueza e recursos nas sociedades. O acesso individual ou de grupos à informação e o impacto da classe social no acesso de um indivíduo ou grupo a recursos, oportunidades, etc. **Interseccionalidade institucional** – como as instituições limitam o acesso aos serviços; que leis restringem, limitam ou negam o acesso as pessoas aos recursos e serviços.

iii. Workshop sobre implementação de acção relevantes na saúde e Bem- Estar dos adolescentes



Fotos: Workshop sobre implementação de acções relevantes na saúde e bem-estar dos adolescentes

O evento decorreu no dia 5 de Outubro de 2023, organizado pelo **Observatório Cidadão para Saúde** (OCS), com o apoio da Global Financing Facility (GFF).

Estiveram presentes algumas organizações membros da **Aliança para a Saúde**, nomeadamente: **Saber Nascer, Kutenga, ADEMO, N'weti, Namati** e **medicuumundi**.

Há uma necessidade de se intensificar as acções de advocacia em torno dos programas que apoiam iniciativas juvenis, de forma que estes sejam assumidos pelo Governo de Moçambique. Esta foi uma das conclusões resultantes da discussão colocada no decurso do Workshop de Reflexão Sobre o Valor Acrescentado da Sociedade Civil na Implementação de Acções Relevantes no sector da Saúde para o Bem-estar dos Adolescentes.

Para as organizações presentes no evento, a maioria das iniciativas que envolvem esta camada social são financiadas por organizações internacionais, e quando estas terminam não têm uma continuidade.

Neste contexto, as organizações defendem que estes programas devem ser plasmados nos Programas Quinquenais do Governo (PQG), bem como nos planos económico-sociais das províncias e distritos.

O Workshop tinha como objectivo contribuir para a melhoria das acções da Sociedade Civil e das suas intervenções em Moçambique. Visava, igualmente, promover a partilha de experiências entre as organizações da sociedade civil, assim como discutir os factores determinantes na busca de soluções inovadoras para a melhoria do sector da saúde.

iv. Workshop sobre ferramenta do empoderamento das raparigas



Fotos: Workshop sobre ferramenta do empoderamento das raparigas

A **Associação Sócio Cultural Horizonte Azul (ASCHA)** participou no workshop para a revisão e finalização da ferramenta de empoderamento das raparigas adolescentes. Este decorreu na cidade de Maputo e contou com a participação da **ASCHA** ao nível de Maputo e Nampula, representantes da **N'weti** e da **UNICEF** e teve a duração de dois dias. O principal objectivo era que a **UNICEF** e a **N'weti** se familiarizassem com as ferramentas utilizadas pela **ASCHA** nas suas intervenções e, ao mesmo tempo, com as próprias ferramentas desenvolvidas pela **UNICEF**. E, desta maneira, combinassem abordagens, estratégias e metodologias para o programa de reforço da capacidade de intervenção das raparigas adolescentes em zonas afectadas por conflitos, através do *Fundo Temático de Género*. Envolvendo todos os actores sociais: mães, pais e encarregados de educação; rapazes para um engajamento masculino; líderes comunitários como aliados na implementação; bem como os serviços públicos, a fim de criar sinergias e coligações pelo bem-estar da rapariga e da comunidade em geral.

V. Troca de experiências



Fotos: Troca de experiências

A **Universidade Nacional de General Sarmiento** (UNGS), de Buenos Aires (Argentina), esteve de visita de trabalho a Moçambique, concretamente no âmbito da colaboração com a **Universidade Politécnica**. Neste contexto, pretendiam encontrar-se com algumas organizações da sociedade civil, de forma a aprofundar o seu conhecimento sobre o **Sistema Nacional de Saúde de Moçambique** e partilhar a sua própria experiência. Através das suas buscas na internet, encontraram a **Aliança para a Saúde**, estudaram o seu trabalho, e consideraram-na uma entidade relevante para este contacto. No dia 1 de Setembro de 2023, foi realizado na cidade de Maputo, nas instalações da **N'weti**, o encontro de troca de experiências entre a **Universidade Nacional de General Sarmiento** (UNGS), de Buenos Aires (Argentina) e a **Aliança para a Saúde**.

Foi proposta uma agenda de meio-dia, tendo esta iniciado com uma apresentação sobre o sistema de saúde moçambicano, os programas, o sistema de governação do sector da saúde, os mecanismos de participação cidadã e os respectivos desafios. E, em seguida, foi apresentada a **Aliança para a Saúde**, o contexto da sua criação, objectivos, missão, visão, pilares e os avanços/progressos desde a sua criação.

A equipa da UNGS apresentou o sistema de saúde argentino, a organização estatal, o sistema de atenção universal de saúde, os desafios de acesso à saúde e dos cuidados de saúde primários. Na



segunda parte da sua apresentação, falaram do papel da sociedade civil nos cuidados de saúde primários, da integração do sistema de saúde e das políticas de formação médica.

VI. Aliança para a Saúde na 1ª Auscultação Regional da Proposta da Lei contra a Violência Obstétrica, no âmbito da campanha HUMANIZA MOZ



Fotos: a 1ª Auscultação Regional da Proposta da Lei contra a Violência Obstétrica

A campanha **HUMANIZA MOZ** é uma campanha nacional de prevenção e combate à Violência Obstétrica lançada em 2021, com o objectivo de promover a humanização nos serviços de pré-natal, parto e pós-parto, através de sensibilização, treinamentos sobre humanização obstétrica, a actores estatais e não estatais que operam no sector de saúde, associações dos profissionais de saúde, instituições de Justiça, e outros com visão para advocacia e influência de políticas pró-humanização dos serviços obstétricos.

A iniciativa é liderada pela **Associação Saber Nascer**, em colaboração com várias organizações da sociedade civil a nível nacional (Aliadas, ASCHA, Watana, Niwanane, Rede Hopem, **Aliança para a Saúde**,



Observatório Cidadão para Saúde, Observatório das Mulheres, Frida, **medicusmundi**, AMMCJ, N'WETI), com o apoio técnico e financeiro do **Programa POTENCIAR** e do **CESC/ALIADAS**. No âmbito da implementação das suas actividades, a campanha **HUMANIZA MOZ** tem desencadeado várias acções a destacar, palestras nas maternidades das unidades sanitárias, sobre as questões associadas aos serviços de saúde materno-infantil, incluindo a divulgação dos mecanismos de denúncias, queixas e reclamações sobre más práticas nas maternidades e promoção de serviços de saúde materno-infantil mais humanizados.

Em 2023, a campanha iniciou com acções de advocacia e influência política junto dos tomadores de decisão, para potencializar os esforços institucionais do sector para encetar uma acção propositiva de um quadro legal que promove a humanização, e penaliza a violência obstétrica. Foi dentro desta conformidade que, no âmbito da campanha, foi comissionada uma análise aprofundada da legislação e dos instrumentos normativos que orientam a questão da humanização em Moçambique.

A referida análise, procurou identificar/mapear a legislação que aborda sobre humanização obstétrica e direitos sexuais e reprodutivos; identificar elementos legais a capitalizar os esforços de humanização dos serviços de SMI; bem como identificar lacunas e oportunidades de reforma do quadro legal vigente. Os resultados da análise foram apresentados em uma sessão pública no dia 21 de Junho de 2023, na cidade de Maputo.

A província de Nampula foi definida como pioneira para este processo de auscultação sobre a pertinência de se ter uma lei que previna e puna a violência obstétrica em Moçambique. A Saber Nascer líder da campanha elaborou os termos de referência com apoio do Programa POTENCIAR e da **Aliança para a Saúde**, e organizou o evento ao nível de Nampula, com o apoio local da Associação Wiwana que lidera a campanha nesta província.¹⁴

Nos dias 9 e 10 de Agosto, deslocou-se a Nampula uma equipa de Maputo, composta pela Dra. Vitalina Papadakis (consultora), Camila Fanheiro, Directora Executiva da Saber Nascer, e Violeta Bila, Coordenadora da **Aliança para a Saúde** e Directora de País da **medicusmundi** em Moçambique, para participar no seminário de apresentação dos resultados da análise da legislação sobre Humanização Obstétrica em Moçambique e realizar a auscultação dos actores-chave nesta província.

¹⁴ Ver: <https://www.aliancarasaude.org/pt/noticias/humanizacao-obstetrica-mocambique-auscultacao-actores-chave-nampula>

VII. Auscultação na Região Centro sobre a Proposta de Lei contra a Violência Obstétrica em Moçambique



Fotos: a 2ª Auscultação Regional da proposta da lei contra V.O

Decorreu no dia 28 de Setembro de 2023, a 2ª Auscultação Regional na zona Centro da Proposta de Lei contra a Violência Obstétrica em Moçambique.¹⁵

O evento teve lugar na cidade de Beira e foi coordenado pela **Aliança para a Saúde**, com o apoio da **PLASOC Sofala**, liderada por Rui Semente. A auscultação foi conduzida pela coordenadora da rede **Aliança para a Saúde**, Violeta Bila, e a Juíza Desembargadora Vitalina Papadakis.

O evento, que se enquadra no âmbito da **Campanha HUMANIZA MOZ**, contou com a presença de 48 participantes de organizações estatais e não estatais, e tinha como objectivos:

- Apresentar os pontos de entrada e elementos a incorporar na proposta de lei, com base numa análise das lacunas e oportunidades da legislação vigente sobre humanização obstétrica;
- Socializar, debater e auscultar os actores-chave sobre uma proposta de lei que penaliza a violência obstétrica na região centro do país;

¹⁵ Ver: <https://www.aliancaparasaude.org/pt/noticias/auscultacao-regiao-centro-violencia-obstetrica-mocambique>



- Colher e sistematizar a sensibilidade, opiniões, e contribuições dos actores-chave em relação à proposta apresentada.

Esta actividade contou com o financiamento e apoio técnico do programa **Potenciar-UKAID**, o apoio técnico da **Aliança para a Saúde**, em parceria com a **PLASOC Sofala**.

VIII. II Edição da Conferência Nacional sobre o Acesso à Saúde em Moçambique



Fotos: Segunda Conferência Nacional sobre o Acesso à Saúde em Moçambique

A rede **Aliança para a Saúde** e os seus membros, nomeadamente a **medicusmundi**, o **Observatório Cidadão para Saúde (OCS)** e a **NAMATI Moçambique**, realizaram no dia 21 de Junho de 2023, em Maputo, a segunda edição da **Conferência Nacional sobre o Acesso à Saúde em Moçambique**.¹⁶

O evento teve lugar no Hotel Meliá, na capital do país, com o objectivo de trazer uma reflexão sobre financiamento no sector de saúde, tendo em conta o seu impacto no acesso aos cuidados de saúde e na garantia do direito à saúde em Moçambique.

O evento foi transmitido em directo através da plataforma Zoom e pela rede social Facebook. A conferência contou com a presença e participação de representantes do Ministério da Economia e

¹⁶ Ver: <https://www.aliancaparasaude.org/pt/noticias/conferencia-financiamento-saude-evidencias-sociedade-civil>



Finanças, Ministério da Saúde, Comissões Parlamentares, académicos e diversas organizações da sociedade civil que actuam no sector da saúde e não só.

Esta segunda edição da conferência, decorreu num contexto em que o sector da saúde se defrontava com problemas diversos, desde greves originadas pelos profissionais de saúde, a falta de financiamento ao sector da saúde, as péssimas condições das infraestruturas sanitárias, falta de inclusão no **Sistema Nacional de Saúde** (SNS) e mais.

Para além de se reflectir sobre como responder às crises que assolam o sector, o evento trouxe no painel discussões sobre: **Financiamento ao sector da saúde; Efeitos Socioeconómicos das Taxas de Usuário no Sector Público de Saúde; Apresentação do resultado da Campanha Nacional de Respeito à Privacidade nas Unidades Sanitárias; e Situação dos Profissionais de Saúde em Moçambique: Desafios e Perspectivas.**

No primeiro painel, foram feitas duas apresentações, nomeadamente sobre as taxas de usuário e o seu impacto no acesso à saúde, e sobre acesso a saúde e o direito à privacidade:

A apresentação feita sobre os efeitos socioeconómicos das taxas de utente no sector da saúde e o seu impacto no acesso à saúde, por Rogério Simango do **Observatório Cidadão para Saúde** (OCS), que destacou a necessidade de se estudar sobre a eliminação das taxas de usuários para promover utilização dos serviços e reduzir custos de cobrança. Para comentários adicionais sobre esta importante discussão, o painel contou com o ex-Chefe de Planificação e Economia Sanitária do MISAU, o Dr. Daniel Simone.

Eduardo Malo, em representação da **Namati**, trouxe resultados da Campanha Nacional de Respeito à Privacidade nas Unidades Sanitárias, que foram comentados pela Dra. Clemência Dgedge. Esta chamou atenção para uma área que substancia a evidente necessidade de financiamento e investimento do sector, a qualidade e humanização. Considera fundamental investirmos nesta componente nas unidades sanitárias (US) a todos os níveis e em todos os serviços.

A Doutora Ellis Bordes, do **Grupo de Investigação em Desigualdades em Saúde, Ecologia - Employment Conditions Network** (GREDS-EMCONET), de Barcelona (Espanha), fez o arranque da sessão da tarde partilhando a pesquisa realizada em colaboração com a **medicmundi** e o Instituto Nacional de Saúde (INS), sobre a análise dos determinantes sociais de saúde, que traz evidências sobre as desigualdades no acesso à saúde.

E por fim, seguiu-se a apresentação sobre o sistema de saúde da Argentina, com foco nas Estratégias de financiamento do sector público, a recuperação de benefícios por parte dos hospitais públicos, a cargo de Marcelo Ochoa da **Universidade Nacional de General Sarmiento**, que na sua intervenção reforçou



que a criatividade, inovação e o empenho são cruciais diante de cenários difíceis como o do sector de saúde em Moçambique.

3.3 Advocacia – Acção para a Saúde

A **Aliança para a Saúde** pretende continuar a influenciar a transformação social e de políticas públicas de saúde em Moçambique, numa perspectiva de cooperação e colaboração construtiva. Para o alcance dos objectivos, todos os membros da **Aliança para a Saúde**, estiveram envolvidos e engajados no cumprimento das metas traçadas para o ano de 2023.

Houve uma série de actividades destinadas a melhorar o diálogo político e as políticas que promovam os cuidados de saúde primários, as abordagens baseadas nos determinantes sociais da saúde, a equidade na saúde, ou outras matérias relevantes com impacto e que permitam avançar no exercício pleno do Direito à Saúde em Moçambique. A ApS e seus membros realizaram várias campanhas para garantir o direito à saúde para todas as pessoas.

IX Feira Anual de Saúde



Fotos: Feira Anual de Saúde



Nos dias 10 e 11 de Novembro de 2023, na Praça da Independência, junto do Conselho Municipal de Maputo, realizou-se a IX Feira Anual de Saúde sob o lema: **"Juntos somos mais fortes na construção de comunidades saudáveis."**

A feira contou com a presença de vários membros da rede **Aliança para a Saúde**, entre eles, a **medicmundi** e o **Observatório Cidadão para Saúde**, que montaram os seus stands, para expor diversos materiais, como pesquisas, estudos, campanhas e programas realizados pelas organizações aos municípios presentes na feira. Para além dos membros da ApS, fizeram parte desta feira membros da **NAIMA+**, membros da **Plataforma da Sociedade Civil Para Saúde e Direitos Humanos em Moçambique**, associações nacionais e juvenis trabalhando na área de saúde, Governo central, órgãos de comunicação social, estudantes de saúde e público em geral.

Esta feira teve como principal objectivo contribuir para a consciencialização dos actores-chave do sector da saúde, os parceiros de cooperação e o público em geral sobre a necessidade de combinar esforços para um melhor alcance dos resultados previstos no quadro das políticas e estratégias nacionais de saúde.

Para além das actividades habituais das feiras de saúde que vinham acontecendo, esta IX Feira trouxe algumas inovações, nomeadamente as sessões formais (exposição de stands) e sessões informais (jogo de futebol envolvendo a equipa do MISAU e a equipa das ONGs).





Fotos: Feira Anual de Saúde

Entre os serviços oferecidos, destacaram-se o rastreio de hipertensão arterial, diabetes, tuberculose e malária, aconselhamento e testagem ao HIV, sensibilização para o rastreio do colo do útero e da mama.

Campanha Mais Privacidade

Seguem a seguir, as principais actividades de advocacia desenvolvidas no ano de 2023, pelo membro da rede **Aliança para a Saúde**, **Namati Moçambique**, no âmbito da campanha **Mais privacidade nas unidades sanitárias**.



Foto: Campanha Mais Privacidade na STV

No âmbito da divulgação da campanha sobre o respeito à privacidade nas unidades sanitárias, Eduardo Maló, coordenador de programas da **Namati Moçambique**, participou da Manhã Informativa, na STV no dia 2024 de Abril de 2023, para divulgar o trabalho realizado pela organização, em torno desta campanha que visa promover a humanização dos cuidados e serviços de saúde que iniciou em 2021.



O principal objectivo da campanha **Mais Privacidade** é assegurar que as unidades sanitárias na cidade e província de Maputo, assim como nas províncias de Inhambane, Zambézia garantam a privacidade durante a assistência aos pacientes.



Foto: Visita aos centros de saúde

A **Namati** realizou visitas de supervisão integrada em Abril de 2023, aos Centros de Saúde de Boane, Marracuene e Machava II, com a participação do Director Provincial de Saúde, Directores Distritais de Saúde, Direcções das unidades sanitárias e comités de saúde.

Nestas visitas são identificados desafios mas também são alcançados alguns consensos, nomeadamente, compromisso da Direcção Provincial de Saúde de Maputo em reabilitar a maternidade de Boane e Machava II, melhorar o fornecimento de medicamentos de controle de pressão arterial e diabetes, compromisso no envio de uma equipa para o levantamento das necessidades em Marracuene sede, Ndlavela e Habel Jafar, operacionalizar a comissão de análise das mortes maternas e neonatais e maior investimento em contraplacados nos locais onde é aplicável ao invés de biombos com solução para garantir a privacidade durante a prestações dos serviços.



Fotos: Namati e parceiros no âmbito da campanha + Privacidade

O encontro realizado no dia 6 de Outubro de 2023, tinha como objectivo estreitar as relações entre os parceiros clínicos, fortalecer a parceira para influenciar a inclusão de barreiras ligadas ao acesso aos serviços de saúde nas ferramentas de registo e contributo dos parceiros para a implementação das circulares que orientam o respeito a privacidade e prevenção das cobranças ilícitas ao nível das unidades sanitárias.

Campanha Humaniza Moz

É uma campanha nacional de prevenção e combate à Violência Obstétrica (VO), é também uma iniciativa da **Associação Saber Nascer**, em parceria com mais 10 Organizações da Sociedade Civil defensoras dos direitos humanos.

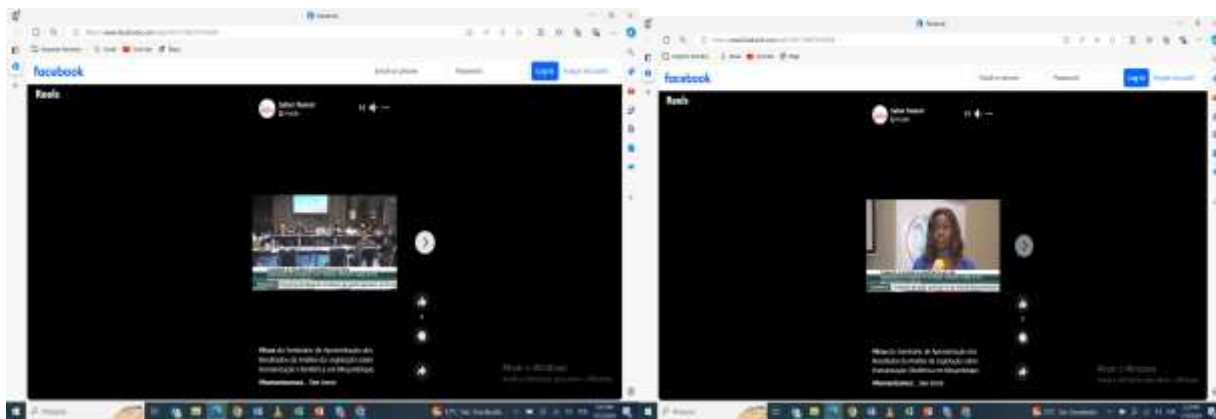


Fotos: Apresentação dos resultados

A **HUMANIZA MOZ**, Campanha Nacional de Prevenção e Combate à Violência Obstétrica, realizou o seminário de **Apresentação dos Resultados da Análise da Legislação sobre Humanização Obstétrica em Moçambique**. O evento decorreu no dia 21 de Junho de 2023, no hotel Radisson Blu, na cidade de Maputo, tendo como principal grupo-alvo, os provedores e reguladores de justiça, saúde e protecção social, juntamente com as organizações da sociedade civil que lutam pela defesa do direito à saúde.

Os resultados foram apresentados pela Juíza Desembargadora Vitalina Papadakis, a quem foi confiada a responsabilidade de conduzir o processo de análise da legislação, que mostrou a necessidade de se criar uma Lei especial que salvaguarda os direitos das mulheres. O evento contou com a presença de 141 participantes (100 online e 41 presencial) dentre eles, representantes de diversas instituições do Governo do sistema de justiça, saúde, ensino, e organizações sociedade civil, tais como: Ministério da Justiça, PGR, Gabinete da Mulher parlamento da Assembleia da República, 1ª Comissão da Assembleia da República, Comissão e Direção Nacional dos Direitos Humanos, Gabinete do Ministro da Saúde (MISAU), departamento de Humanização e qualidade, Género, Inspeção de Saúde, Ordem dos Enfermeiros, Observatório Cidadão para Saúde (OCS), OM, APARMO, HCM entre outros actores.

Campanha nos Mídia



Fotos: Televisão Limpopo no âmbito da campanha Moz

Estiveram presentes alguns órgãos de comunicação social, no seminário sobre campanha nacional de prevenção e combate à Violência Obstétrica no âmbito da iniciativa **Humaniza Moz**, em que a Directora-Executiva da **Saber Nascer** deu a conhecer a importância da criação de mecanismos legais para o combate e prevenção da VO no país.



Fotos: Inauguração do mural



No 27 de Junho de 2023, a **Associação Saber Nascer**, membro da **Aliança para a Saúde**, fez a entrega oficial e inauguração do primeiro mural de humanização dos serviços obstétricos em Moçambique, na Maternidade do Hospital Central de Maputo. É de realçar que esta é uma das várias iniciativas da **Humaniza Moz**, campanha nacional de humanização obstétrica.

O objectivo deste mural é promover ainda mais a consciência dos serviços obstétricos desejados e esperados. A realização desta actividade, contou com o a parceria do Hospital Central de Maputo (HCM).

Workshop de prevenção e combate à violência obstétrica – Pemba



Fotos: do 1º workshop em Pemba

A **Saber Nascer** realizou para a sociedade civil de Cabo Delgado, o primeiro workshop de prevenção e combate à violência obstétrica, no dia 29 de Junho de 2023, na cidade de Pemba, no âmbito da Campanha **HUMANIZA MOZ**. Pretendia-se com este evento lançar oficialmente a campanha, para as organizações que trabalham em prol dos direitos humanos das mulheres e raparigas naquela região do país.



Fotos: Campanha em Xai-Xai

Este movimento foi levado à província de Gaza, na cidade de Xai-Xai. E estiveram várias associações da sociedade civil (ASCHA, ACAMO, KUVUMBANA, Kutenga, Pathfinder), a procuradoria distrital, secretária provincial, direção provincial de Saúde, SDSMAS (Serviços Distrital de Saúde Mulher e Acção Social).

4. GESTÃO DA REDE ALIANÇA PARA A SAÚDE

A gestão da rede é feita pela coordenação da mesma. Esta marca as reuniões de coordenação e planificação, assim como as reuniões extraordinárias. Durante o ano de 2023, foram realizadas reuniões mensais de coordenação e outras extraordinárias. Recorde-se que em 2021 se criou o grupo de comunicação, que continua a funcionar de forma muito activa. Através deste grupo de trabalho, são discutidos e elaborados materiais e produtos comunicacionais.

No início de 2023, no encontro de planificação, criou-se o grupo de pesquisa. No entanto, este não realizou, nem os encontros, nem as actividades previstas. O grupo de coordenação de género realizou encontros e sessões formativas, com vista a avançar com a agenda de advocacia e campanha na componente de VBG.



Os espaços de coordenação e planificação têm sido os encontros presenciais e virtuais. Os mecanismos usados são os grupos de e-mail e WhatsApp. Todas as actividades realizadas pela **Aliança para a Saúde**, são publicadas na sua página web <https://www.aliancaparasaude.org/pt>, disponível em duas línguas (português e inglês), assim como nas redes sociais (Instagram e Facebook). Nestas plataformas, são partilhadas actividades, acções de advocacia assim como pesquisas e artigos, tanto da rede, como dos seus membros.

Os membros da **Aliança para a Saúde** têm desempenhado um papel preponderante para os avanços da rede. É visível este papel se observadas as acções reportadas neste relatório. Há um sentido de pertença e de grupo por parte dos membros e que precisa ser fortalecido e mantido no ano de 2024. A rede verificou um crescimento em termos de membros, tendo acrescentado outras 4 organizações da sociedade civil e pessoas que se candidataram de forma individual.

Em termos de fundos e da sua gestão, importa referir que a **medicmundi** continua sendo a financiadora principal e única das acções da **Aliança para a Saúde**, através de fundos da **AECID**, **ACCD** e **Município de Barcelona**. Esta situação demonstra que é necessário procurar de forma conjunta fundos alternativos, para garantir a sustentabilidade da rede e a continuidade das acções da mesma.

As organizações-membro da rede devem incluir actividades desta nos seus planos. Isto aliviará a dependência desta em relação aos fundos da **medicmundi**, e ampliará a sua intervenção e presença nacional. Assim como possibilitará a criação de um Secretariado composto por outras organizações, após uma trajectória de 4 anos de coordenação da **medicmundi**, pois os recursos humanos precisam ser sustentados pela rede.

Para além da mobilização de recursos financeiros, precisa-se mobilizar conhecimentos e novos membros. Estas actividades devem ser contínuas e da responsabilidade de todos os membros.

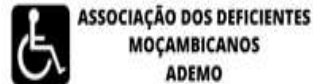
5. NOVOS MEMBROS DA REDE

No ano 2023, a coordenadora da **Aliança para a Saúde** realizou uma visita de trabalho a Cabo Delgado, com o objectivo de criar o primeiro núcleo provincial da rede¹⁷. Neste sentido, esta estabeleceu vários encontros de trabalhos e visitas com diversas organizações da sociedade civil, incluindo organizações

¹⁷ Ver: <https://www.aliancaparasaude.org/pt/noticias/alianca-para-saude-cabo-delgado>



não governamentais. Os diversos encontros foram individuais entretanto, no fim realizou-se um encontro com todas as organizações, de forma a definir directrizes para a materialização deste objectivo. Deste processo conseguiu-se engajar a Wiwanana e a Promura, que foram a seguir integradas na lista de novos membros.



Fotos: Exemplos de logotipos dos novos membros da ApS

No ano de 2023, o **MISA-Moçambique**, **Associação Wakukela**, **ADEMO**, **Wiwanana** e **Promura** e duas pessoas singulares, tiveram as suas candidaturas aceites, como novos membros da rede **Aliança para a Saúde**.

O **Instituto para Comunicação Social de Africa Austral (MISA-Moçambique)** é um instituto que visa a promoção e desenvolvimento de um ambiente conducente ao exercício pleno da liberdade de expressão e de imprensa, acesso a informação pluralismo e diversidade de ideias dentro de uma abordagem em que todos os sectores da sociedade beneficiem dos *mídia* para as suas próprias necessidades.

O **MISA-Moçambique**, na apresentação da sua candidatura cumpriu com os requisitos indicados pela rede, tendo apresentado todos os documentos exigidos. Desta forma, os membros da **Aliança para a Saúde**, decidiram em unanimidade aceitar a sua candidatura a membro da rede.

A **Associação Wakukela** – Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Comunitário, é uma organização que contribui para advogar e assegurar os direitos e acesso aos serviços sexuais e reprodutivos integrados e de qualidade de forma inclusiva, em especial para comunidades LGBTQ+ através de acções que integram a comunidade LGBTQ+ nas esferas civil, política e económica da



sociedade moçambicana através de acções que contribuam para um ambiente de efectiva igualdade sem discriminação. As comunidades LGBTQ em Moçambique são invisibilizadas, quer socialmente quer nas leis e nas políticas públicas, o que lhes remete para uma situação de maior vulnerabilidade do que a de outros grupos da comunidade LGBTQ+ no resto do mundo.

A **Associação Wakukela** visa contribuir para eliminar as causas das desigualdades sociais, económicas e de género, prevenindo uniões prematuras nos adolescentes e jovens. A mesma busca, por meio das suas actividades, integrar as comunidades desfavorecidas através da luta contra a discriminação em função dos direitos humanos, identidade de género e pelos direitos sexuais e reprodutivos, como forma de contribuir para um maior respeito pela diversidade de género.

A **Associação dos Deficientes Moçambicanos (ADEMO)**, é uma associação que promove acções com vista à integração e inclusão das Pessoas com Deficiências na sociedade. Zela pelo bem-estar e social das PcDs. Assessora os organismos Estatais e Privados na criação de condições sociais, económicas e culturais. Promove acções de apoio a assistência médica e medicamentosa sempre que necessário, através dos meios disponíveis. Promove acções concretas na comunidade, com vista a sua reabilitação física, mental, económica e sócio-cultural. Promove a elevação de conhecimentos científicos das PcDs. Participa em organismos nacionais, regionais e internacionais para estabelecer intercâmbio e recolha de informação de interesse para a Associação. E, identifica os membros para a monitoria na implementação do Processo de Descentralização e do Plano Estratégico.

6. PROPOSTA DE ACÇÕES PARA O ANO 2024

1. Estreia do Seriado Activa-te Pelo Direito à Saúde;
2. Realização de campanha sobre melhoria dos serviços de VBG;
3. Acções de advocacia sobre o direito à saúde;
4. Disponibilização do curso sobre Cidadania Sanitária e Responsabilização Social;
5. Afixação de cartazes da CDDD e indumentária.
6. Realizar acções de mobilização comunitária para melhoria do engajamento masculino nos serviços de saúde.
7. Consolidação do Núcleo Provincial de Cabo Delgado.



7. CONCLUSÕES

O ano 2023 foi marcado por várias mudanças em termos de contexto social e político, conforme referido no relatório. No entanto, esta situação não limitou a realização das actividades da **Aliança para a Saúde**. O espaço cívico em Moçambique mostra-se cada vez mais complexo, com a tentativa de se aprovar uma lei que limite as organizações da sociedade civil.

O contexto está cada vez mais difícil, e a rede prevê momentos complicados no país e que impactarão na qualidade de vida e saúde das pessoas. Os desafios sociais, económicos e políticos que o país atravessa, demandam redes como a ApS, de forma a defenderem o direito a saúde. Em contextos de conflitos armados, terrorismo, clivagens políticas e desafios económicos, pode haver violação de direitos humanos. Neste sentido, é papel da cidadania organizada lutar pelo respeito, pelos direitos humanos.

A **Aliança para a Saúde**, apesar de ter uma importante limitação em termos de disponibilidade de fundos, por ter estado financiada até agora quase a 100% pelos projectos da **medicmundi**, vai realizando grande parte das suas actividades. E sublinhe-se o facto de em 2023 a ApS e os seis membros terem conseguido mobilizar recursos para a implementação de actividades pontuais, como a conferência sobre o financiamento no sector da saúde.

Os membros da rede precisam, urgentemente, de iniciar com a coordenação rotativa, de forma a co-responsabilizar os diferentes membros pela coordenação e gestão da rede, aliviando o peso que até agora tem recaído nos ombros da **medicmundi**. A rotatividade vai contribuir para aprimorar o conhecimento e engajamento dos membros em relação à agenda da rede. Assim como, trabalhar na angariação conjunta de recursos, tanto financeiros como materiais. Este aspecto, remete para a necessidade de se pensar na possibilidade de formalizar/registar a rede, de maneira a que possa concorrer autonomamente a diferentes fontes de financiamento, sem ser apenas as da **medicmundi**.

Mais informação:

- <https://www.aliانcaparasaude.org>
- <https://www.facebook.com/aliancaparasaude>
- <https://www.instagram.com/aliancaparasaude/>
- <https://www.youtube.com/channel/UCYIDGXCdeMbPzpac2c2CDBg>
- <https://escola.aliانcaparasaude.org/>